

Portadores de Necessidades Especiais

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Selecionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 31.08.2023

Legislação Federal	
Legislação	Ementa
<u>Decreto Federal nº 10.255, de 27 de fevereiro de 2020</u>	Convoca a Quinta Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
<u>Lei nº 13.977, de 08 de janeiro de 2020</u>	Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), e a Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, para instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), e dá outras providências.
<u>Decreto Federal nº 10.014, de 06 de setembro de 2019</u>	Altera o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
<u>Lei Federal nº 13.835, de 04 de junho de 2019</u>	Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para assegurar às pessoas com deficiência visual o direito de receber cartões de crédito e de movimentação de contas bancárias com as informações vertidas em caracteres de identificação tátil em braile.
<u>Lei Federal nº 13.830, de 13 de maio de 2019</u>	Dispõe sobre a prática da equoterapia.
<u>Decreto Federal nº 9.762, de 11 de abril de 2019</u>	Regulamenta os art. 51 e art. 52 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para dispor sobre as diretrizes para a transformação e a modificação de veículos automotores a fim de comporem frotas de táxi e de

	locadoras de veículos acessíveis a pessoas com deficiência.
<u>Lei Federal nº 13.825, de 13 de maio de 2019</u>	Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (Lei de Acessibilidade), para estabelecer a obrigatoriedade de disponibilização, em eventos públicos e privados, de banheiros químicos acessíveis a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.
<u>Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015</u>	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.
<u>Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012</u>	Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista
<u>Decreto Federal Legislativo Nº 186, 2008</u>	Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.
<u>Decreto Federal nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005</u>	Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
<u>Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004</u>	Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
<u>Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002</u>	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.
<u>Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000</u>	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
<u>Lei Federal nº 10.048, de 8 de novembro de 2000</u>	Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.

<u>Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999</u>	Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.
<u>Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989</u>	Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

Legislação Estadual

Legislação	Ementa
<u>Lei nº 9.858 de 19 de Setembro de 2022</u>	Dispõe sobre a obrigatoriedade, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro de adaptações de eventos realizados ao ar livre às pessoas com deficiência ou mobilidade e dá outras providências.
<u>Decreto Estadual nº 48.209 de 19 de Setembro de 2022</u>	Regulamenta a Lei Estadual nº 5.427, de 01 de abril de 2009, no que dispõe sobre a produção e tramitação eletrônica de documentos e processos administrativos na administração Pública Estadual e dá outras providências.
<u>Lei nº 9750 de 30 de junho de 2022</u>	Altera a Lei nº 7.354, de 14 de julho de 2016, para estender os benefícios do PROGRAMA DE DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DO TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE - TDAH aos portadores do Transtorno Desafiador opositivo - TDO, na forma que menciona.
<u>Lei nº 9600 de 17 de março de 2022</u>	Estabelece penalidades administrativas às pessoas físicas ou jurídicas e agentes públicos que discriminem as pessoas com transtorno de espectro autista (TEA) no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências
<u>Lei nº 9536 de 29 de dezembro de 2021</u>	Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas concessionárias de serviços públicos de transportes ferroviário, metroviário e aquaviário, viabilizarem meios para que pessoas com deficiência auditiva consigam identificar os horários das composições.
<u>Lei Estadual nº 8756, de 17 de março de 2020</u>	Ficam obrigados os estabelecimentos públicos e privados que disponibilizam vagas de estacionamento preferenciais a inserção do símbolo mundial de conscientização do transtorno

	do espectro autista - TEA - nas placas indicativas. IOERJ. 18.03.2020.
<u>Lei Estadual nº 8755, de 17 de março de 2020</u>	Dispõe sobre a garantia de vaga em escolas de educação integral vinculadas a redes públicas de ensino, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, para alunos cujo genitor, genitora ou responsável tenha dependente com microcefalia. – IOERJ. 18.03.2020.
<u>Lei nº 8697, de 14 de dezembro de 2019</u>	Altera a Lei nº 7964, de 16 de maio de 2018, modificando o art. 1º e incluindo o parágrafo 3º na forma que menciona. "Art. 1º Fica assegurado, às pessoas com deficiência visual, o direito de receber, se custo adicional, as contas de água, energia elétrica e telefonia, acompanhadas de demonstrativo de consumo em braile ou letras ampliadas, ou através de mídia eletrônica." "§ 3º quando a opção de recebimento das faturas pelo consumidor, nos termos do art. 1º, for por mídia eletrônica, deverá a concessionária de serviço público disponibilizar programa de software ou ambiente virtual, onde a fatura possa ser lida, através de sintetizador de voz, para o deficiente visual e encaminhada ao endereço eletrônico cadastrado, em conformidade com os padrões W3C da norma internacional de acessibilidade para WEB."
<u>Lei Estadual nº 8.574, de 21 de outubro de 2019</u>	Estabelece o cartão da pessoa com deficiência como forma comprobatória de que é portador de moléstia degenerativa de difícil percepção ou comprovação.
<u>Lei Estadual nº 8.511, de 04 de setembro de 2019</u>	Altera o inciso I do artigo 3º da Lei nº 7.329 de 08 de julho de 2016, ampliando o conceito de pessoa com deficiência física.
<u>Lei Estadual nº 8.506, de 30 de agosto de 2019</u>	Garante às pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) e com deficiência a inclusão da sua condição nos documentos de identificação expedidos pelo DETRAN, e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 8492, de 28 de agosto de 2019</u>	Dispõe sobre a aquisição de equipamento que permita o acesso de pessoas com deficiência às praias do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 8486, de 23 de agosto de 2019</u>	Dispõe sobre o direito das pessoas com deficiência visual obterem as certidões de registro civil em braile.
<u>Lei Estadual nº 8.455, de 08 de julho de 2019</u>	Determina a inclusão de pessoas com deficiência psicossocial nos programas de qualificação profissional promovidos pelo Poder Executivo no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

<u>Lei Estadual nº 8415, de 12 de junho de 2019</u>	Determina que todos os assentos dos transportes coletivos intermunicipais sejam destinados preferencialmente para uso de idosos, pessoas com crianças de colo, gestantes, obesos, deficientes e pessoas com limitação temporária de locomoção, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 8.401, de 23 de maio de 2019</u>	Cria o Programa Estadual para o incentivo à utilização da musicoterapia como tratamento terapêutico complementar de pessoas com deficiência, síndromes e/ou transtorno do espectro autista (TEA).
<u>Lei Estadual nº 8383, de 18 de abril de 2019</u>	Institui a criação das escolas da rede pública de educação bilíngue para surdos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 8348, de 01 de abril de 2019</u>	Dispõe sobre o acesso de profissionais da área de saúde, que fazem tratamento de alunos com deficiência e ou mobilidade reduzida, transtornos globais do desenvolvimento, e com altas habilidades ou superdotação, nas dependências das escolas públicas e privadas.
<u>Lei Estadual nº 8338, de 29 de março de 2019</u>	Institui o programa de prevenção à epilepsia e assistência integral às pessoas com epilepsia no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 8331, de 29 de março de 2019</u>	Dispõe sobre a reserva de 15% das vagas de trabalho nos eventos esportivos e culturais, promovidos ou apoiados pelo Governo do Estado, para as pessoas com deficiência.
<u>Lei Estadual nº 8326, de 29 de março de 2019</u>	Modifica o art. 1º, § 5º, da lei nº 4.510, de 13 de janeiro de 2005, para incluir os portadores de HIV/AIDS no rol de beneficiados com a isenção do pagamento de tarifas nos serviços de transporte intermunicipal de passageiros.
<u>Lei Estadual nº 8323, de 29 de março de 2019</u>	Compete exclusivamente ao poder público o cadastramento e a concessão de gratuidade destinada as pessoas com deficiência, idosos e estudantes da rede pública.
<u>Lei Estadual nº 8311, de 14 de março de 2019</u>	Dispõe sobre o fornecimento de pulseiras de identificação para doentes crônicos (Alzheimer, Parkinson, Epilepsia e outros), autistas, idosos e qualquer pessoa em situação de vulnerabilidade.
<u>Lei Estadual nº 8306, de 28 de fevereiro de 2019</u>	Altera a lei nº 4.746, de 11 de abril de 2006, que "dispõe sobre a merenda escolar distribuída aos alunos, portadores de diabetes mellitus, matriculados na rede pública estadual de ensino", incluindo os alunos com intolerância à lactose.
<u>Lei nº 7354, de 14 de julho de 2016.</u>	Institui, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, o PROGRAMA DE DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DO TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE – TDAH E DO TRANSTORNO DESAFIADOR OPOSITIVO – TDO, e dá outras providências. (Redação dada pela Lei 9750/2022)

<u>Lei Estadual nº 6642, de 18 de dezembro de 2013</u>	Dispõe sobre as vagas monitoradas de estacionamento de veículos automotores, nos estabelecimentos privados, para as pessoas com deficiência, com dificuldade de locomoção e idosos, na forma que menciona.
<u>Lei Estadual nº 6542, de 25 de setembro de 2013.</u>	Dispõe sobre a adequação de provas aos portadores de deficiência visual nas situações que menciona.
<u>Lei Estadual nº 6342, de 09 de novembro de 2012</u>	Altera a Lei nº 5.187, de 14 de janeiro de 2008, que dispõe sobre a adequação dos guichês de atendimento no estado do Rio de Janeiro às pessoas com deficiência que utilizem cadeiras de roda.
<u>Lei Estadual nº 5959, de 26 de abril de 2011.</u>	Altera a ementa, o art. 1º e o art. 2º da Lei nº 2650, de 5 de dezembro de 1996, que obriga os centros comerciais e supermercados a terem cadeiras de rodas para atender à clientela circunstancialmente necessitada de uso deste equipamento.
<u>Lei Estadual nº 5955, de 18 de abril de 2011.</u>	Torna obrigatória a afixação de cartazes em todos os estabelecimentos bancários do estado do Rio de Janeiro, informando sobre o teor da Lei de nº 4.374, de 15 de julho de 2004 e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 5705, de 27 de abril de 2010.</u>	Dispõe sobre a instalação de banheiros químicos, adaptados às necessidades de pessoas com mobilidade reduzida ou que utilizem cadeira de rodas.
<u>Lei Estadual nº 5682, de 05 de abril de 2010.</u>	Dispõe sobre a afixação de cartazes, nas dependências de hospitais e postos de saúde, de informações sobre as vacinas infantis obrigatórias.
<u>Lei Estadual nº 5671, de 25 de março de 2010.</u>	Altera a Lei Estadual nº 5059, de 5 de julho de 2007. (Tratamento Preferencial)
<u>Lei Estadual nº 3.837, de 20 de maio de 2002</u>	Versa sobre a obrigatoriedade de reserva de vagas para os veículos dos portadores de deficiência física em órgãos públicos do estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 3.807, de 04 de abril de 2002.</u>	Dispõe sobre a concessão de horário especial aos servidores estaduais e empregados de empresas estatais, responsáveis por portadores de necessidades especiais que requeiram atenção permanente e dá outras providências.

<u>Lei Estadual nº 2.482, de 14 de dezembro de 1995.</u>	Altera a lei nº 2.298 de 28 de julho de 1994 e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 2.298, de 28 de julho de 1994.</u>	Regulamenta o artigo 338, I, da constituição do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria-Geral de Administração

Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br